



Policiais da reserva vigiam fóruns no interior do Estado



Desde o dia 23 de maio, quarenta e quatro policiais militares da reserva remunerada estão prestando serviço de vigilância nas sedes do Poder Judiciário. A medida foi tomada pelo Tribunal de Justiça maranhense para garantir a segurança dos fóruns e dos juízes de Direito ameaçados por atos de vandalismo e arrombamentos nos últimos meses.

Até o final do ano, o Tribunal deve selecionar cerca de 200 policiais para realizarem o serviço de vigilância dos fóruns no interior do Estado.

A apresentação oficial dos policiais ocorreu no dia 20 de maio, no quartel da Polícia Militar, em São Luís, onde houve uma reunião com todos os militares designados. Na ocasião, eles receberam fardamento e orientações acerca da apresentação aos juízes nas comarcas.

COMARCAS - Vinte e cinco comarcas foram beneficiadas com o reforço na segurança: São José de Ribamar (três); Paço do Lumiar (três); Raposa (três); Açailândia (dois); Alcântara (dois); Cantanhede (dois); Chapadinha (três); Codó (dois); Chapadonha (três); Imperatriz (dois); Pindaré (três); Rosário (três).

As comarcas de Cândido Mendes, Cedral, Araiozes, Governador Nunes Freire, Igarapé Grande, Itapeturu, Maracaçumé, Penalva, São Bento, São João Batista, Santa Inês, Viana e Zé Doca receberão, um policial cada. A Justiça Militar, três. Os policiais selecionados residem no município-sede das comarcas em que foram lotados.

SELEÇÃO - A seleção dos policiais da reserva foi feita com base nos critérios de boas condições

físicas, psicológicas, capacidade laboral, bom comportamento na ativa, dentre outras exigências.

Como incentivo ao trabalho, os policiais receberão pagamento no valor de 50% dos proventos que já estiverem percebendo, às expensas do Tribunal.

PORTARIA - A relação dos policiais e das comarcas foi divulgada na Portaria nº 2355/2011. A medida foi possível por meio de convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça e Secretaria de Segurança Pública do Estado, alinhavado pelo desembargador Jamil Gedeon no início da gestão, com o objetivo de garantir policiamento para os fóruns judiciais, diante dos casos de assalto e arrombamento que têm ocorrido nessas unidades e as ameaças sofridas por juízes.

O tenente-coronel Pedro Ribeiro, chefe do gabi-

nete militar do TJMA, disse que a convocação de militares da reserva para fazer a segurança dos fóruns foi uma medida relevante, que valoriza o trabalho dos policiais que prestaram serviço à sociedade por cerca de 30 anos.

PARCERIA - O comandante geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Franklin Pacheco, afirmou que a parceria do Judiciário com a Polícia Militar do Maranhão vai continuar prestando relevantes serviços à sociedade, com mão-de-obra qualificada, uma vez que os militares selecionados tiveram uma trajetória exemplar na corporação.

O Poder Judiciário do Maranhão é pioneiro na celebração no convênio que permitiu a designação dos policiais da reserva para atuar na segurança dos fóruns.

EDITORIAL



Está dentre as prioridades da nossa gestão garantir condições de trabalho, direitos e prerrogativas aos juízes, para que esses possam desenvolver suas atividades judicantes com dignidade e autonomia.

A independência do Poder Judiciário é um dos pilares do regime republicano e jamais admitiremos ameaças que atentem contra as prerrogativas da magistratura, pois são garantias da sociedade e se revelam imprescindíveis para a manutenção da ordem legal, não podendo, portanto, ser cerceadas ou violadas.

Ninguém está acima da lei e investidas contra membros da magistratura continuarão sendo combatidas com rigor, vez que estas têm o claro objetivo de coação, em virtude da postura independente dos juízes na entrega da prestação jurisdicional.

O que deve ficar bem claro é que sórdidas ameaças não intimidarão o Poder Judiciário, que continuará cumprindo seu compromisso histórico de defesa da Justiça, da sociedade e da cidadania, com fez no passado, faz no presente e não deixará de fazer no futuro.

Estamos adotando as providências necessárias para evitar que um Estado de insegurança subsista nas comarcas e investindo R\$ 3 milhões na segurança armada dos órgãos administrativos e judiciários.

Para isso, redimensionamos o sistema de segurança nas unidades judiciais e contamos hoje com o reforço de 44 policiais militares selecionados da reserva remunerada, que estão prestando serviço de vigilância em 26 comarcas, garantindo a segurança dos fóruns e dos juízes de Direito.

Por outro lado, realizamos, em maio, licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança e vigilância armada de forma contínua, 24 horas, com abrangência para 80 postos nas dependências jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário.

Por fim, reafirmam que o Poder Judiciário prima pelo respeito às leis como força garantidora do Estado democrático de Direito e continuará adotando firme posicionamento contra qualquer ato que atente contra as garantias legais.

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Tribunal articula ações de apoio a juízes ameaçados



Ação interinstitucional de apoio ao juiz de Tuntum (ao centro) reuniu diversas autoridades

Realizado em Tuntum no mês de maio, com a participação de autoridades do Ministério Público e da Segurança Pública, um ato de desagravo em apoio ao juiz daquela comarca, Pedro Pascoal Neto, que teve a casa alvejada por tiros em abril.

O presidente do TJMA, Jamil Gedeon, assegurou que o Poder Judiciário não se intimidará diante de ameaças de pessoas que tentam agredir o Estado democrático de Direito.

Na ocasião, defendeu a presença do Estado na cidade para garantir o funcionamento pleno do Poder Judiciário por meio do seu representante local. "A lei deve prevalecer e a ordem deve ser mantida", afirmou.

Além de Pedro Pascoal Neto, as juízes Rosângela Prazeres (Rosário) e Lúcia Quadros (Cururu) foram também alvo de ameaças em função de decisões que tomaram nos processos sob sua responsabilidade.

PRERROGATIVAS - Em reunião com a diretora da Secretaria de Assuntos da Mulher Magistrada da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargadora Sêrgia Miranda, o presidente do TJMA disse que todas as providências para fazer prevalecer o princípio da autoridade da Justiça e dos juízes já foram tomadas e que as garantias e prerrogativas dos magistrados serão preservadas, para que eles cumpram sua missão com dignidade e independência.

EMPENHO - A resposta da presidência

do TJMA em relação ao atentado contra o juiz Pedro Pascoal Holanda, recebeu menção especial da ministra Eliana Calmon, corregedora nacional da Justiça, que reconheceu o empenho do presidente do TJMA em encontrar uma solução para o impasse.

ROSÁRIO - Em visita à comarca de Rosário, o presidente Jamil Gedeon, e o corregedor geral da Justiça, Guerreiro Junior, condenaram a invasão do fórum local, onde,



Presidente, Corregedor e Ouvidor prestam solidariedade à juíza Rosângela Prazeres

além do ato de intimidação, foram danificados processos criminais.

Os desembargadores Jamil Gedeon, Guerreiro Junior e José Bernardo prestaram solidariedade à juíza Rosângela Prazeres, que realiza um trabalho sistemático de combate ao crime organizado em Rosário.

A juíza mostrou ao presidente e ao corregedor processos encontrados à beira do Rio Itapecuru e que estão sendo restaurados. A juíza disse aos desembargadores que a ação criminosa não afetará seu trabalho e os serviços forenses.

Na ocasião, foram anunciadas medidas do Tribunal e da Corregedoria para ajudar a juíza a enfrentar a demanda de 5 mil processos em tramitação, dentre elas a instalação da 2ª Vara daquela comarca.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior
Corregedor Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

Des. José Stélio Nunes Muniz

Des. Raimundo Freire Cutrim

Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa

Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães

Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Desa. Raimunda Santos Bezerra

Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Des. Marcelo Carvalho Silva

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira

Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa

Des. Raimundo Nonato de Sousa

Des. Jaime Ferreira Araújo

Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo

Des. José Bernardo Silva Rodrigues

Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho

Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro
Juízes Auxiliares

EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação
do Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação
da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís - MA
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ_MA
Facebook: TJ_MA
Site: www.tjma.jus.br
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:
Amanda Mouzinho, Andréa Colins,
Antônio Carlos de Oliveira, Irma Helenn,
Joelma Nascimento, Juliana Mendes,
Paulo Lafene e Orquídea Santos

Diagramação:
Carla Duque

Fotos:
Asscom, Handson Chagas e
Ribamar Pinheiro



Presidente do TJ inspeciona construção e reforma de fóruns

O desembargador Jamil Gedeon visitou – entre os dias 29 de abril e 6 de maio – as comarcas de Caxias, Amarante, Senador La Roque, João Lisboa, Montes Altos, Balsas, São Raimundo das Mangabeiras, São Domingos do Azeitão, Pastos Bons, São João dos Patos e São Mateus. Nessas comarcas, o presidente do TJMA avaliou as obras de construção, reforma, ampliação, adequação e revitalização realizadas nesses fóruns nos últimos meses.



Caxias

CAXIAS - O novo Fórum da comarca teve sua construção iniciada em novembro de 2010, com previsão de entrega para agosto de 2011. Do terreno de 14.850m² - localizado na Cidade Judiciária – estão sendo utilizados 3.369m² para instalar cinco varas, juizados e salão de júri, todos com rampas e elevadores para o acesso de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Os R\$ 8,9 milhões investidos visam adaptar a estrutura ao padrão exigido pela grande demanda judicial da comarca.



Amarante do Maranhão

AMARANTE DO MARANHÃO – O Tribunal investiu R\$ 170 mil na revitalização das atuais instalações e agora licita a construção de um salão do júri. O juiz Glender Malheiros agradeceu ao presidente do TJMA pela melhoria das condições de trabalho e atendimento e pediu para que fosse viabilizada a aprovação, pela Assembleia Legislativa, da mensagem nº 7, que, dentre outras alterações, transfere o município de Buritirana, atual termo de Amarante, para Senador La Roque, com menor demanda.

SÃO MATEUS – Os servidores e o juiz da comarca prepararam um ofício e um cartaz para expressar a satisfação da comunidade com a construção da nova sede, que deve ficar total-



São Mateus

mente concluída em agosto deste ano.

Acompanharam Gedeon na viagem os juizes Wlacyr Barbosa (2ª Vara da Infância e Juventude da capital), Sebastião Bonfim (7ª Vara Criminal de São Luís), José Augusto Sá C. Leite (titular de São Raimundo das Mangabeiras), Fernando Mendonça (2ª Vara de Execução Penal de São Luís) e ainda os diretores Alessandra Darub (Geral), Francisco Pereira (Administrativo) e Denyse Reis (Judiciária).



São João dos Patos

SÃO JOÃO DOS PATOS – O juiz Carlos Eduardo (substituto) disse que era motivo de muito orgulho receber simbolicamente as chaves da Casa de Justiça reformada, enaltecendo o perfil de Gedeon: “é um gestor moderno”. A comarca recebeu móveis novos, pintura, grades, substituição de redes elétricas e hidráulicas, piso, forro e construção de um muro de proteção.



Pastos Bons

PASTOS BONOS – Faixas de agradecimento

foram afixadas pela cidade em reconhecimento ao empenho do presidente do TJMA na reforma e aparelhamento do Fórum, que fica distante 554 km da capital. “Várias tinham sido as tentativas e só agora isso foi possível”, disse o juiz Silvio Nascimento.



Montes Altos

MONTES ALTOS – Na manutenção predial corretiva do fórum local foi feito um investimento de R\$ 68 mil, em 60 dias de reforma. O presidente Jamil Gedeon e a juíza Ana Lucrécia descerraram uma placa num ato simbólico de entrega do imóvel revitalizado.



São Domingos do Azeitão

SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO – O presidente Jamil Gedeon conversou com magistrados, servidores e moradores, que lotaram o Fórum durante a passagem da comitiva. Informou que está fazendo o que está ao seu alcance para garantir boas condições de trabalho no âmbito do Judiciário. Elogiou a iniciativa do juiz Jorge Leite, que disponibilizou um formulário de avaliação de atendimento pelos usuários dos serviços forenses.



São Raimundo das Mangabeiras

SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - O Tribunal investiu R\$ 100 mil para que o Fórum ficasse no padrão de engenharia adotado pelo Judiciário. O juiz Wlacyr Barbosa, que atuou em São Raimundo das Mangabeiras por sete anos, e o atual titular da comarca, juiz José Leite, mostraram-se animados com o progresso da sede, destacando as mudanças alcançadas em tão pouco tempo.



Senador La Roque

SENADOR LA ROCQUE – Um terreno doado pela Prefeitura ao Judiciário foi mostrado pelo juiz Marcelo Baldochi à comitiva do TJMA, visto que a atual sede do Judiciário na cidade não é própria. O pedido de um novo Fórum será analisado, mas não poderá ser atendido na atual gestão, uma vez que todos os processos de novas construções já foram iniciados.



João Lisboa

JOÃO LISBOA – A entrega do novo Fórum está confirmada para o mês de junho. O TJMA investiu mais de R\$ 1 milhão nos quase 860m² do imóvel que abrigará duas varas, um juizado, tribunal do júri, com estacionamento próprio e meios de acessibilidade para os usuários.



Juízado Especial do Trânsito de São Luís





AL-MA aprova projetos do Judiciário

A Assembleia Legislativa aprovou no dia 23 de maio, em sessão extraordinária, o Projeto de Lei Complementar nº 005/2010, que cria a Comarca de Cidelândia, desmembrada da Comarca de Açailândia.

De autoria do Poder Judiciário, o projeto foi aprovado pelo Pleno do TJMA em 1º de dezembro de 2010, tendo como relator o desembargador Cleones Cunha.

OFICIAIS DE JUSTIÇA – Na mesma sessão, a Assembleia Legislativa aprovou ainda o projeto de lei – também de autoria do Poder Judiciário – que modifica a escolaridade para acesso ao cargo de oficial de Justiça, de nível superior para nível médio.

A mudança alterou o artigo 93 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão que prevê a exigência de formação superior para o cargo, além de seguir recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Resolução nº 119, na qual o Conselho revoga a Resolução nº 48 de sua autoria, que exigia nível superior para acesso ao cargo de oficial de Justiça.

Os dois projetos aguardam sanção da governadora do Estado, Roseana Sarney.

Novos diretores da ESMAM e do Fórum

O juiz João Santana Sousa, da 7ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, foi empossado no dia 11 de maio no cargo de vice-diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

O termo de compromisso e posse do magistrado foi assinado pelo presidente Jamil Gedeon. A indicação de Santana foi feita pelo desembargador Marcelo Carvalho, diretor da ESMAM.

DIRETORIA DO FÓRUM – O pleno do TJMA aprovou o nome do juiz Raimundo José Barros de Sousa para diretor do Fórum de São Luís, cargo que ele já ocupava desde 9 de maio, quando foi nomeado, ad referendum (pendente de aprovação pelo plenário), pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Guerreiro Júnior.

Barros de Sousa teve seu nome referendado por unanimidade na sessão plenária administrativa do dia 18 de maio. Barros é juiz membro da corte do TRE-MA, na classe de magistrados, e titular da 9ª Vara Criminal de São Luís.

Presidente do TJMA mostra obras do Anexo do Fórum de São Luís aos juizes

“Nossa missão é aproximar o Poder Judiciário da sociedade, que espera uma prestação jurisdicional rápida e de qualidade”. A afirmação foi feita pelo presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, durante a apresentação da obra do anexo do Fórum de São Luís a juizes da capital, em maio. O local abrigará mais de 80 varas, dois salões do júri e dois auditórios com capacidade para 390 pessoas cada, além de estacionamento para cerca de 700 vagas. A conclusão da obra está prevista para novembro de 2011.

No prédio, os magistrados terão acesso exclusivo aos seus gabinetes e os servidores contarão com passagens privativas. Já os visitantes disporão de restaurante, lanchonete, banheiros, eleva-

dores, entre outros serviços. Um modelo-padrão de vara foi estruturado para garantir espaço moderno, confortável, informatizado e mobiliado. No subsolo, haverá celas para abrigar presos que comparecerem às audiências e, ainda, um centro de controle de dados.

A Lotil é a empresa responsável pela etapa final da obra, que conta com o serviço de 400 trabalhadores. O TJMA investiu R\$ 57 milhões no prédio. As partes elétricas e hidráulicas, de divisórias e colocação de pisos, cabeamento, dentre outros serviços de acabamento, já estão em fase de conclusão, conforme cronograma estabelecido pelo Tribunal.

“Com o anexo, o Judiciário dará mais um passo



Desembargador Jamil Gedeon cercado por magistrados na vara-modelo

importante para a modernização dos seus serviços e se prepara para enfrentar os desafios diante de uma demanda cada vez mais significativa. O investimento certamente irá refletir positivamente na celeridade

processual”, comentou o juiz auxiliar Alexandre Abreu.

Para o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Carlos Veloso, todos irão ganhar com a obra, inclusive os servidores, que terão melhores condições estruturais para desenvolver suas atividades com mais conforto e eficiência. “São os servidores que permitem aos magistrados desenvolver em seu trabalho com maior celeridade”, afirmou.

A juíza da 5ª Vara da Família, Angela Salazar, por sua vez, disse que a estrutura que está sendo implantada vai influir diretamente no trabalho dos juizes e serventuários da Justiça, com ganhos para os jurisdicionados e operadores do Direito. “A estrutura que será oferecida aos juizes, advogados, defensores públicos, membros do Ministério Público e à sociedade será decisiva para a boa entrega da prestação jurisdicional”, frisou.

Além dos juizes auxiliares da Presidência, Raimundo Bogéa e Sônia Amaral, participaram da visita a corregedora da Defensoria Pública, Fabíola Barros; a subdefensora geral do Estado, Denise Dantas; os juizes João Santana, Luiz Gonzaga, Ferreira Neto, Milton Bandeira, Tayrone José Silva, Luiz de França Belchior e os diretores Alessandra Darub (geral), Antonio Lago (engenharia), Denyse Reis (judiciária), Aurino Rocha (recursos humanos) e Francisco Pereira (administrativo).

TJMA aprova gratificação de aumento de jornada para servidores

Decisão unânime do TJMA referendou, em maio, resolução que regulamenta a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) no valor de 20% do vencimento (salário-base) para servidores efetivos ou estáveis do Judiciário que optarem pelo regime de trabalho de oito horas diárias. A medida irá melhorar os serviços prestados pela Justiça, uma vez que as unidades judiciais passarão a contar com pessoal em serviço por mais tempo para atender ao público.

A GAJ foi criada pela Lei 9.326, sancionada em 30 de dezembro de 2010. Em janeiro passado, o presidente do Tribunal, desembargador Jamil Gedeon, já havia decidido, ad referendum (pendente de aprovação pelo plenário), pela aplicação da Resolução nº 59/2010, possibilitando a opção pelo benefício a 1.142 servidores e priorizando a Justiça de 1º grau.

Segundo o diretor de recursos humanos do TJMA, Aurino da Rocha Luz, a partir de agosto deste ano, 66,51% do quadro poderá optar e receber o benefício. A partir de janeiro de 2012, o benefício estará disponível para todos os servidores. A GAJ não será concedida aos ocupantes de cargos em comissão, que já trabalham oito

horas por dia.

A gratificação pode ser requerida pelos juizes (1º grau) e pelos chefes imediatos (2º grau) das unidades que constam de um cronograma de implantação gradual da GAJ. Os requerimentos devem ser feitos por meio do endereço eletrônico dirrh@tjma.jus.br, anexando requerimento com matrícula, nome, unidade de lotação e jornada de trabalho de cada servidor; e declaração de opção.

MUDANÇAS – Ao apreciar a resolução, os desembargadores fizeram duas mudanças no documento. A primeira alterou o artigo 3º para que o presidente do TJMA possa delegar ao diretor geral do Tribunal, ao invés do diretor de recursos humanos, o ato de deferir a concessão da GAJ. A segunda modificou o artigo 5º. Antes, o magistrado ou chefe imediato poderia solicitar, por escrito, o cancelamento da gratificação. Com a mudança, ele terá que justificar porque está requerendo a medida.

Essa última alteração foi ao encontro de reivindicação do Sindicato dos Servidores da Justiça. Outra mudança proposta pelo Sindjus-MA

previa a possibilidade de opção pelo regime de sete horas ininterruptas.

O presidente do TJMA explicou que, em relação à jornada a legislação determina período de 15 minutos para lanche e outros 15 minutos de tolerância. Argumentou que isso resultaria em redução da carga diária para seis horas e meia, condição que não atenderia a um dos objetivos da proposta, ou seja, melhorar a prestação de serviços. Lembrou ainda que a gratificação é opcional – não obrigatória.

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz José Brígido Lages, mencionou a situação de comarcas do interior, que não funcionam a contento por falta de número suficiente de servidores. Lages disse que a medida vai, pelo menos, minimizar esse problema.

A resolução prevê, ainda, situações em que a solicitação da GAJ pode ser indeferida, opção de cancelamento a pedido do servidor, possibilidade de readmissão e condições para perda do benefício. A gratificação não será incorporada ao vencimento ou remuneração do servidor. A Resolução nº 59/2010, tem efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2011.

Orçamento Participativo é modelo para tribunais



Página do Orçamento Participativo na internet

A sistemática adotada pela coordenação do Orçamento Participativo do TJMA para recebimento de propostas para o orçamento do exercício 2012 serviu de modelo para os tribunais de Justiça dos estados do Ceará e Rondônia. As duas cortes solicitaram informações quanto à metodologia adotada na elaboração e aplicação do formulário para apresentação de propostas dos servidores, magistrados e segmentos da Justiça. O formulário foi elaborado com base nas ações contidas no planejamento estratégico do Poder Judiciário.

Na avaliação do coordenador de orçamento, Cristiano de Abreu, as sugestões e contribuições obtidas em 2011 foram significativas e em maior volume que as recebidas no ano passado.

A consulta é dividida em duas partes: uma já elaborada e outra com espaço disponível para sugestões do público quanto a projetos que possam receber investimentos em 2012.

Com o levantamento, o Tribunal de Justiça

do Maranhão, por meio da diretoria financeira, proporciona aos interessados a chance de se tornarem fiscais dos gestores públicos, melhorando o desempenho dos mesmos e reduzindo as carências.

São colhidas as principais demandas dos diretores do Tribunal de Justiça do Maranhão e representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus) e da Associação dos Magistrados do Maranhão.

Após a consulta popular, o TJMA estabelece diretrizes, metas e prioridades no Orçamento Participativo do Poder Judiciário para o exercício seguinte, com abrangência ampliada, auxiliando a construção do Planejamento Plurianual (2012-2015) do quadriênio.

LEVANTAMENTO - O último levantamento realizado pelo Comissão de Orçamento Participativo resultou na escolha de prioridades, que incluem benefícios a servidores e magistrados, capacitação de servidores, reforma e adaptação ambiente físico, tecnologia da informação, equipamentos de informática, entre outros. Nos gráficos comparativos dos recursos previstos nos orçamentos dos anos de 2009 e 2011, houve crescimento substancial na alocação de recursos orçamentários em obras de construção e reforma. Em 2009 foi de R\$ 47.999 mil e em 2011 passou para R\$ 87.336 mil. Outro aumento significativo foi em relação aos equipamentos e material permanente adquiridos. Passou de R\$ 4.317 mil em 2009 para R\$ 38.700 mil em 2011.

Tribunal extingue Central de Inquéritos de São Luís

O Pleno do TJMA extinguiu, em sessão realizada em maio, a Central de Inquéritos da comarca de São Luís, para que seja adotado sistema de tramitação direta de inquéritos policiais.

A Central de Inquéritos foi criada em 1995, na gestão do desembargador Antonio Fernando Bayma, inspirada em modelo do Estado do Paraná, com a função de controlar inquéritos policiais e peças informativas de competência das varas criminais a elas ainda não distribuídos, objetivando agilizar tais procedimentos e evitar a perda de provas ou direitos.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ratificando a avaliação da comissão, destacou a importância do papel que a Central de Inquéritos desempe-

nhou em determinado momento da Justiça maranhense.

“A Central contribuiu no combate ao crime organizado, permitindo um canal direto de comunicação entre juiz, promotor e delegado, dado o risco de vazamento de informações”, ressaltou o presidente.

COMISSÃO - A questão foi analisada por uma comissão do Tribunal, formada pelos desembargadores Joaquim Figueiredo (relator), José Bernardo Rodrigues e Ribamar Froz, que opinaram pela extinção da Central, por não haver mais os fundamentos que possibilitaram sua instalação, e para que seja adotado sistema direto de inquéritos entre o Ministério Público e a Delegacia de Polícia.

Comissão de processos disciplinares completa um ano

A Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias do Poder Judiciário do Maranhão, encarregada de apurar irregularidades praticadas pelos servidores do Poder Judiciário e dos notários e registradores na Justiça estadual, completou, no dia 24 de maio, um ano de criação pelo TJMA.

A comissão funciona junto à Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias e é formada por nove membros titulares e três suplentes, distribuídos em 3 subcomissões, que atuam tanto em sindicâncias quanto em Procedimentos Administrativos Disciplinares (PADS), no âmbito do TJMA e da Corregedoria Geral da Justiça, em dois turnos do expediente.

O resultado da atuação do grupo tem sido positivo. No início da gestão havia em trâmite 73 procedimentos remanescentes de 2009. Em 2010, foram instaurados 102 procedimentos e este ano, mais 28, totalizando 203 procedimentos. Desse total, 157 foram concluídos, inclusive com julgamento; e 19 já se encontram em fase de conclusão, aguardando apenas as respectivas decisões. Os resultados dos trabalhos chegam a aproximadamente 85% do total de processos concluídos.



Comissão Disciplinar do TJMA tem resultado positivo

Segundo a coordenadora, Cláudia Bayma Anchieta, a comissão, ao longo do primeiro ano de atividades, está conseguindo cumprir a sua missão de tornar os procedimentos disciplinares - tanto os processos quanto as sindicâncias - mais ágeis e com resultados efetivos. “Hoje, os servidores do Judiciário podem ter a certeza de que os procedimentos a que estejam respondendo estão sendo conduzidos por pessoal especializado”, disse.

O trabalho dos membros da comissão abrange todas as comarcas do Estado e é precedido pela autoridade competente. Com o objetivo de orientar os trabalhos dos servidores, o Tribunal publicou o “Manual Disciplinar”, que contém toda a legislação pertinente, inclusive a Resolução nº 31/2010, que criou a comissão disciplinar.

Judiciário ratifica parceria com o Exército no controle de armas

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e o corregedor geral da Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, ratificaram - em reunião com o comandante da Guarnição Militar do Exército em São Luís, coronel Pedro Moreira - a continuidade da parceria com o 24º Batalhão de Caçadores para a custódia e destruição de armas que foram utilizadas como instrumento de crimes no Maranhão. Só ficarão em poder da Justiça as armas que sejam imprescindíveis ao julgamento do processo.

Com a parceria entre o Poder Judiciário e o 24º Batalhão de Caçadores, as armas - após a conclusão do laudo pericial - terão o fim estabelecido no Estatuto do Desarmamento. O Exército continuará sendo o responsável por toda a parte de logística, que

inclui planejamento e verificação das armas que estão sendo transportadas e destruídas.

A guarda de armas tem sido uma preocupação constante do Poder Judiciário. Dados do Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) - alimentado pelos Tribunais de Justiça - revelam que existem 755,2 mil armas e acessórios apreendidos no país por determinação judicial.



Corregedor e presidente do TJMA em reunião com o coronel do Exército

TJMA agiliza tramitação de petições intermediárias



Advogado protocolando petição no TJMA

O recebimento de petições intermediárias foi agilizado, com a emissão da Portaria 04/2011, assinada pelo presidente, Jamil Gedeon, determinando que esses e outros documentos referentes às demandas judiciais de competência do 2º grau sejam entregues diretamente ao setor em que tramitam.

A medida começou a vigorar no dia 23 de maio, beneficiando diretamente os advogados que militam junto ao Tribunal, com a redução do tempo de espera ocasionado pela demanda de outros serviços no Protocolo Judicial. Com a mudança, as petições estão sendo entregues diretamente às coordena-

ções das câmaras onde os processos se encontram, como já acontece nas varas e demais unidades do 1º grau.

Para a coordenadora do Protocolo, Ozimar Costa, a iniciativa veio desafogar o volume de documentos no setor, que, dentre outras atividades, recebe, em média, 2 mil petições intermediárias por mês.

Apenas as petições referentes a Recurso Especial, Recurso Extraordinário, Embargo de Declaração e outras, cujos prazos estejam definidos em normas legais, continuarão sendo realizadas no Protocolo Judicial.

A diretora Judiciária, Denyse Reis, explicou que esses pedidos requerem mais atenção no seu recebimento e que a ação vai dar efetividade e celeridade na prestação dos serviços do Judiciário, pois elimina procedimentos desnecessários e evita que um trabalho simples seja realizado mais de uma vez.

Quanto à segurança, garantiu que o processo continuará sendo realizado sem prejuízo às partes, como ocorria antes, havendo apenas mudança do local de recebimento.

Defensoria Pública homenageia desembargadores



Desembargador Antonio Bayma recebe placa do defensor público geral, Aldy Mello

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, o decano Antonio Bayma Araújo e os desembargadores Jorge Rachid e Stélio Muniz, foram agraciados, no dia 20 de maio, com a Medalha do Mérito da Defensoria Pública do Maranhão – maior comenda daquela instituição.

A homenagem foi um reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelos quatro desembargadores à Justiça e ao trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública, que comemorou dez anos de atuação no Estado do Maranhão.

HONRARIA - A honraria foi concedida a pessoas físicas, jurídicas, órgãos, organizações não governamentais e imprensa, que contribuíram, direta ou indiretamente, para o for-

talecimento da Defensoria Pública em defesa do cidadão.

Conduzida pelo defensor geral do Estado, a cerimônia foi acompanhada por um grande número de autoridades, representantes de instituições governamentais e não governamentais, e familiares dos homenageados. Ao todo, foram concedidas 113 placas.

“A homenagem nos honra muito, vez que parte de uma instituição respeitada, que luta pela dignidade das camadas carentes da sociedade, buscando concretizar o direito de acesso à Justiça, com a prestação jurídica integral e gratuita”, salientou o desembargador Antonio Bayma, que representou o presidente do TJMA na solenidade. O desembargador Jorge Rachid, em férias, não compareceu à solenidade.



A subdefensora geral, Denise Dantas, entrega placa ao desembargador Stélio Muniz

Sistema de dados do TJMA será implantado no RS

O coordenador-geral de implantação do Programa Começar de Novo (PCN) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desembargador Fróz Sobrinho, apresentou, em maio, aos membros do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o sistema de informática usado no projeto de ressocialização de presos em todo o país. A previsão é de que em junho o programa seja implantado naquele Estado.

O modelo do sistema Começar de Novo a ser implantado no Rio Grande do Sul, foi desenvolvido, no Maranhão, pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, também coordenado pelo desembargador Fróz Sobrinho, que, com uma equipe de servidores do TJMA – Sólton Miranda, Ariston Apoliano, Edméa Lima e Lícia Dias –, implantou, também, o programa em Minas Gerais e no Estado do Mato Grosso.

O trabalho em Minas Gerais consistiu no aprimoramento do sistema de cadastramento de internas em duas unidades prisionais femi-

ninas da cidade de Belo Horizonte – Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto e Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade. A implantação do sistema naquele Estado permitirá o censo da população carcerária, contribuindo para o trabalho de execução penal.

O Começar de Novo visa à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para a criação de postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. O objetivo do programa é promover a cidadania e reduzir a reincidência de crimes.



Equipes do TJRS e TJMA

Juízes vão compor quorum em sessões plenárias e câmaras

Realizado pelo Pleno do TJMA, em maio, os sorteio dos juízes de direito da comarca de São Luís, para compor quorum no plenário e nas câmaras reunidas e isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador nos julgamentos.

Conforme o artigo 77 do Regimento Interno do TJMA, quando não for possível atingir quórum para julgamento no plenário, nas câmaras reunidas e nas câmaras isoladas, e,

no caso das câmaras reunidas e das câmaras isoladas, não seja possível proceder à substituição na forma prevista nos artigos anteriores, serão convocados juízes de direito.

Foram sorteados os nomes dos magistrados Wlacyr Barbosa Magalhães, Josemar Lopes Santos, Nelson Melo de Moraes Rego, Ângela Maria Moraes Salazar e José de Ribamar D'Oliveira Costa Junior. A escolha, quando necessária, será por ordem do sorteio.

Apenados prestam serviço na Coordenadoria de Material

A Coordenadoria de Material e Patrimônio do TJ, no bairro da Alemanha, conta com o trabalho de dois apenados do sistema prisional, que auxiliam na organização e limpeza da nova área de distribuição que o setor irá inaugurar.

O objetivo do trabalho é contribuir com a reintegração social dos beneficiados e servir para fins de diminuição da pena.

A.M.R está no regime semiaberto e é um dos beneficiados pelo programa Liberdade e Dignidade, da 1ª Vara de Execuções Criminais da capital.

J. R. também faz parte do regime semia-

berto e está usufruindo do benefício da saída temporária. O apenado agradece os pequenos trabalhos que realiza, manifestando a vontade de conseguir um emprego formal. “Tudo o que nós gostaríamos é ter um trabalho, mas na nossa situação é muito difícil uma oportunidade”, lamenta.

O chefe da Divisão de Material e Patrimônio, Robson Luis da Silva, destaca que os dois ajudantes são pessoas socialmente reintegradas e estão sendo de grande ajuda no local. “Todos deveriam, assim como o TJ, dar oportunidade a essas pessoas que são vítimas de muito preconceito”, avalia.